



## As/os Secretárias/os de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e sua Relação com a Internacionalização

Silvia Adriana da Silva Soares <sup>1</sup>  Evaldo Luis Pauly <sup>2</sup>  Paulo Fossatti <sup>3</sup>   
<sup>1,2,3</sup> Universidade La Salle

### RESUMO

Este artigo problematiza um aspecto sobre a atuação profissional das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. O que, realmente, uma/um secretária/o de PPG em Educação faz? Qual sua contribuição para a produção do conhecimento na área da Educação no Brasil? As/os secretárias/os, muitas, vezes atuam na assessoria direta da coordenação, nas questões atinentes à gestão dos cursos de pós-graduação, portanto, cada vez mais precisam se qualificar profissionalmente para atender às exigências sempre crescentes dos Programas de Pós-Graduação. A internacionalização dos PPGs é uma das mais recentes. Nesse contexto, o artigo tem o objetivo de analisar a importância do desenvolvimento de competências das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação Stricto Sensu voltadas à internacionalização, em específico o domínio da língua estrangeira. Para realizar a análise proposta utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, para analisar como a internacionalização é concebida pelo Documento de Área da Educação na versão conhecida de 2016 e na futura edição de 2018. Ao final desta análise concluímos que as Instituições onde trabalhamos devem voltar seus olhares para dentro das secretarias, investindo em formação, para preparar estes que já fazem parte de seus quadros funcionais a atender aos visitantes estrangeiros, suprindo o que é necessário para o domínio da língua estrangeira

### PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação em educação. Secretárias/os da pós-graduação. Internacionalização da pós-graduação.

Correspondência ao Autor

<sup>1</sup> Silvia Adriana da Silva Soares

E-mail: [silvia.soares@unilasalle.edu.br](mailto:silvia.soares@unilasalle.edu.br)

Universidade La Salle, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/5138209634099658>

Submetido: 05 fev. 2019

Aceito: 26 abr. 2019

Publicado: 21 jun. 2019

 10.20396/riesup.v6i0.8654582

e-location: e020009

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



## Stricto Sensu's Secretariat of Postgraduate Programs and its Relationship With Internationalization

### ABSTRACT

This article discusses an aspect about the professional performance of the secretaries of the Stricto Sensu Postgraduate Program in Education. What does a PPG Education Secretary do? What is their contribution to the production of knowledge in the area of Education in Brazil? The secretaries often work in direct association with the coordination of the course, helping the management of the postgraduate courses, therefore, they increasingly need to be professionally qualified to meet the ever-increasing demands of Graduate Programs. The internationalization of PPGs is one of the most recent. In this context, the objective of this article is to analyze the importance of developing the skills of Stricto Sensu Postgraduate Program secretaries focused on internationalization, specifically the foreign language domain. In order to carry out the proposed analysis, we used the methodology of bibliographical and documentary research to analyze how internationalization is conceived by the Education Area Document in the known version of 2016 and in the future edition of 2018. At the end of this analysis we conclude that the Institutions where we work should turn their gaze into the secretariats, investing in training, to prepare those who are already part of their functional staff to serve foreign visitors, supplying what is necessary for the mastery of the foreign language.

### KEYWORDS

Post-graduation in education. Secretaries of the post-graduation, Internationalization of the postgraduate.

## Las/Los Secretarias/os de Programas de Posgrado Stricto Sensu y Su Relación con la Internacionalización

### RESUMEN

Este artículo problematiza un aspecto sobre la actuación profesional de las/los secretarios/as de Programas de Posgrado (PPG) Stricto Sensu en Educación. ¿Qué hace realmente un/un secretario/a de PPG en Educación? ¿Cuál es su contribución a la producción del conocimiento en Educación en Brasil? Las secretarias/os, muchas veces actúan en la asesoría directa de la coordinación, y en cuestiones relativas a la gestión de los cursos de posgrado. Por tanto, cada vez más necesitan calificarse profesionalmente para atender a las exigencias siempre crecientes de los Programas de Posgrado. La internacionalización de los PPG es una de las más recientes. En este contexto, el artículo tiene el objetivo de analizar la importancia del desarrollo de competencias de los/las secretarios/as de Programas de Posgrado Stricto Sensu dirigidas a la internacionalización, en específico el dominio de la lengua extranjera. Para realizar el análisis propuesto utilizamos la metodología de investigación bibliográfica y documental para analizar cómo la internacionalización está concebida en el Documento de Área de la Educación en la versión conocida de 2016 y en la futura edición de 2018. Al final de este análisis concluimos que las Instituciones donde trabajamos deben volver la mirada hacia dentro de las secretarías, invirtiendo en formación, para preparar estos que ya forman parte de sus cuadros funcionales a atender a los visitantes extranjeros, supliendo lo que es necesario para el dominio de la lengua extranjera

### PALABRAS CLAVE

Posgrado en educación. Secretarios/as de posgrado. Internacionalización del posgrado.

A atuação das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação é um tema que precisa ser mais pesquisado pela própria área da Educação. O que, realmente, uma/um secretária/o de PPG em Educação faz? O que deveria fazer para satisfazer as exigências da Avaliação Quadrienal da CAPES? O editorial do número 28 da Revista Brasileira de Pós-Graduação, reconhece “a necessidade de qualificação desses profissionais a fim de que o seu desempenho seja compatível com as atribuições que lhes são requeridas” (LOMBAS, 2015, p. 301). As/os secretárias/os, muitas vezes, atuam na assessoria direta da coordenação, nas questões atinentes à gestão dos cursos de pós-graduação, portanto, cada vez mais precisam se qualificar profissionalmente para atender às exigências sempre crescentes de suas atividades laborais nos Programas de Pós-Graduação. Essa qualificação é uma exigência permanente porque a gestão dos Programas aperfeiçoa-se a cada edição das avaliações quadrienais realizadas pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Desse modo, a Secretaria de um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* tem função estratégica no que tange ao assessoramento da Coordenação do PPG, do corpo docente e discente naquilo que se refere às dimensões pedagógicas e administrativas inerentes à pesquisa na área da Educação. O profissional que atua nessa atividade se constitui, de fato, em gestor e, visto sob esta perspectiva, precisa dominar um conjunto de conhecimentos, procedimentos e técnicas de secretariado que viabilizem a ação gestora qualificada. Desta forma, os responsáveis pela gestão deste setor, no caso, as/os Secretárias/os da Pós-Graduação, necessitam construir um perfil empreendedor com competências que lhes permitam agir e tomar decisões no ambiente da produção de pesquisas na área da Educação sempre em contínuas transformações.

Uma primeira justificativa para desenvolver este artigo foi de natureza institucional. É imprescindível que a Secretaria registre os documentos necessários para comprovar as iniciativas de internacionalização dos Programas nos quatro eixos que definem tais atividades, bem como articule no âmbito da Secretaria do PPG as atividades internacionais de forma concatenada com o Plano de Internacionalização da Universidade. Assim, parece recomendável que as/os secretárias/os tenham domínio instrumental de uma língua estrangeira.

Uma segunda justifica é de natureza pessoal, pois a primeira autora, em 2014, realizou um curso de Master in Business Administration - MBA em gestão empresarial, durante o qual desenvolveu pesquisa que resultou na publicação do artigo “*Profissionais em Gestão da Pós-Graduação: perfil, competências e atividades na percepção dos secretários dos programas de pós-graduação em Educação*” (SOARES; PAULY, 2015) que, de acordo com um dos pareceristas ad. hoc do artigo, “a temática é muito relevante. Ocorre que não há ou poucos são os estudos/pesquisas voltados à condição e à atuação de um segmento tão importante à Pós-Graduação como o dos/as secretários/as de Programas”. Esta pesquisa foi realizada no ano de 2015 entre as secretárias dos PPGs na área da Educação na região sul (SC, RG e PR). Participaram da pesquisa 17 secretárias, destas 17 apenas uma tinha formação em secretariado

executivo, as demais realizaram sua formação de nível superior em diversos cursos (Administração, Pedagogia, Letras, Direito, Engenharia Mecânica), isso demonstra que não existe uma graduação específica para atuar nesta função.

Outro dado da mencionada pesquisa relaciona-se à questão da internacionalização, foco deste artigo. Quando questionadas sobre os conhecimentos necessários para desenvolver suas atividades no quesito “Domínio da língua estrangeira”, na escala de 1 a 5, este ficou com a nota (2,8) e no quesito “Conhecimento a partir de intercâmbio nacional e internacional com outras instituições” na escala de 1 a 5, este ficou com a nota (2,9). Para as/os secretárias/os respondentes, o quesito de maior importância, na época, era “Conhecimento da Plataforma Sucupira”, com nota de importância (4,8). Isso demonstra que o preenchimento da Plataforma Sucupira, na opinião das secretárias respondentes, é o que há de mais importante nas suas atividades (SOARES; PAULY, 2015, p. 402). Essa opinião das/os secretária/os parece contraditória pois um dos principais quesitos para o preenchimento da Sucupira é, exatamente, os dados qualitativos e quantitativos sobre a Internacionalização requeridos pelo preenchimento da “Proposta do Programa” no subitem “Intercâmbios Internacionais” e no item específico “Internacionalização”.

Na pesquisa realizada em 2015, as/os secretárias/os não reconheciam a necessidade de dominar uma língua estrangeira e também não viam necessidade deste conhecimento para gerenciar as demandas do PPG no tocante ao intercâmbio internacional. Provavelmente os resultados seriam outros porque em 2015, as/os secretárias/os ainda não estavam informadas do valor que a avaliação quadrienal 2013-2016 atribuiu à exigência da internacionalização dos PPG’s que realizam a pesquisa em Educação no Brasil. Essa opinião das secretárias parece compatível com os dados da pesquisa de Gondra, Nunes e Martins realizada em 2016 com 81 coordenações de PPG’s em Educação, indicando que apesar de haver

um processo de internacionalização da educação superior, destacadamente da pós-graduação *stricto sensu*, defendido por agências como CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq [...], é importante que os membros de coordenação também possuam alguma experiência internacional. Mais de um quarto dos respondentes (28,40%), todavia, ainda não tem esse tipo de experiência (2018, p. 20).

Em 2015 pode-se considerar compreensível que as/os secretárias/os considerassem como muito relevante o “Conhecimento da Plataforma Sucupira”, com nota (4,8), demonstrando que o preenchimento da Plataforma Sucupira era encarado com muita seriedade pelas/os secretárias/os. Demonstrando também, que esta é a tarefa que consideram como sendo a mais importante dentre as suas atividades laborais. Contudo, na atualidade o cenário não é mais o mesmo de 2015, agora parece mais necessário o domínio de um idioma estrangeiro.

Diante do que foi relatado anteriormente chegamos ao objetivo desta investigação que é analisar a importância do desenvolvimento de competências das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação *stricto sensu* voltadas para internacionalização, em específico o

domínio da língua estrangeira. Para realizar a análise proposta utilizaremos a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental para analisar como a internacionalização é concebida pelo Documento de Área da Educação na versão conhecida de 2016 e na futura edição de 2018 e nos demais relatórios divulgados na página da área de Educação disponível no link Avaliação no site da CAPES: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/75-dav/caa3/4665-educacao>. Outra fonte documental para a mesma questão serão os Regulamentos dos Programas e seus respectivos Relatórios disponíveis na Plataforma Sucupira de três PPGs da área da Educação que possuem a nota máxima (7) na avaliação da Capes, atualmente, são os PPGs de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Espera-se com este estudo obter resultados que poderão contribuir significativamente para a excelência da ação gestora sobre a internacionalização dos PPGs em Educação na perspectiva das/os Secretárias/os. Desse modo, a pesquisa, pretende apresentar à comunidade científica da área alguns subsídios a fim de estimular a reflexão e o aprimoramento dos processos e práticas no âmbito das Secretarias dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação, dando ênfase ao domínio da língua estrangeira. Assim, problematizar o papel da/o Secretária/o enquanto gestor/a poderá agregar valor ao trabalho desenvolvido e a qualificação profissional na medida em que estes profissionais poderão contribuir para a geração de tecnologias que viabilizem o aperfeiçoamento do trabalho administrativo e pedagógico no âmbito da internacionalização da Pós-graduação em Educação do Brasil.

### Síntese dos Documentos Regulatórios da Pós-graduação *Stricto Sensu* de Alguns Programas Previamente Selecionados

Para esta síntese foram selecionados os Regulamentos do Programa de Pós-graduação onde a primeira autora deste artigo trabalha e os Programas de Pós-graduação nota 7 pela avaliação da Capes no ano de 2018 (Unisinos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais). Em que medida estes documentos preveem a existência ou não de uma secretaria exclusiva para o PPG e se nele consta quais as funções que devem ser exercidas pela/o secretária/a. Esta informação institucional é relevante porque ao preencher o Aplicativos de Propostas de Cursos Novos (APCN) disponível na CAPES para abertura de um curso novo, o Aplicativo prevê que exista uma secretaria exclusiva para o PPG que está enviando a proposta.

Ao consultar o Regulamento do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade La Salle em seu Art. 11 (2014, p.3), descobre-se que:

À Secretaria dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, administrada pela DEPP e vinculada ao Setor de Registro e Controle Acadêmico (SERCA), compete:  
I. Manter atualizados os registros relativos ao corpo discente;

- II. Realizar matrículas, receber requerimentos de candidatos, corpo discente e egressos e emitir documentos relativos ao Programa;
- III. Atualizar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades dos Programas;
- IV. Auxiliar os Coordenadores dos Programas na elaboração de relatórios;
- V. Organizar e atualizar o acervo de Leis, Portarias, Resoluções, Circulares e documentos afins emanados dos Órgãos Federais Competentes, Reitoria e pelos Programas; e
- VI. Secretariar as reuniões dos Colegiados dos Programas, registrando em Ata suas discussões e decisões, e distribuindo-a, posteriormente, aos seus membros.
- VII. Organizar documentação, subsidiar e assessorar a Coordenação do Programa na elaboração dos relatórios de avaliação da CAPES.

O Regulamento da instituição onde a primeira autora trabalha, prevê uma secretaria para o PPG e relaciona algumas atividades que seriam de competência das/os secretárias/os, porém, este documento parece não contemplar todas as atividades realizadas por elas.

Por sua vez, o PPG em Educação da Unisinos, possui um Regimento Interno e um Projeto de Reorganização Curricular do Programa de Pós-Graduação em Educação, que está disponível em seu site. Ao consultar estes documentos não foram encontrados tópicos específicos de qual seria a função da secretaria. Menciona-se que a secretaria existe, definem-se, em vários momentos, que alguns documentos devam ser entregues na secretaria, mas não são definidas atribuições e responsabilidades da/o secretária/o.

A análise do documento disponível no site do Programa da UERJ aprova a reformulação do Programa de Pós-graduação em Educação, cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, prevê no artigo 7º § único: “A coordenação do ProPEd dispõe de uma Secretaria responsável pelo controle acadêmico, dotada de instalações e de pessoal compatíveis com a complexidade de suas funções, responsável, ainda, pelas atividades da página do ProPEd na Internet”. Da forma como está descrito contempla as diversas atividades realizadas pelas/os secretárias/os.

O Programa da UFMG, em seu Regulamento, no Capítulo 2 - Da Coordenação, diz o seguinte: “Parágrafo único - A Coordenação do Programa disporá de uma Secretaria própria para centralizar o expediente e os registros que se fizerem necessários à execução, acompanhamento e controle das atividades de Pós-Graduação”. O Programa da UFMG prevê uma secretaria própria para o PPG, mas não existe nenhuma previsão regulamentar sobre o que compete à secretaria, mas a mesma é citada em vários momentos dentro do Regulamento.

### **Origem da profissão “secretária/o”**

Ao buscar na literatura a origem da profissão de secretariado, encontra-se uma relação intimamente ligada a Antiguidade e seus povos, ligada também a evolução cultural e social do mundo “onde se destacava o escriba, figura intelectual de prestígio na época, respeitado pelo

domínio da escrita e que tinha em suas funções rotineiras a incumbência de registrar fatos históricos além de assessorar governantes” (DURANTE; SANTOS, 2010, p. 4).

A origem do profissional de secretariado foi historicamente marcada pelo trabalho que os escribas praticavam na Antiguidade, tinham como tarefas realizar cálculos, arquivar registros, ler e elaborar documentos, e, acima de tudo, tinham que manter segredo sobre os fatos a que tinham acesso. Função desempenhada por pessoas somente do sexo masculino. Função considerada de prestígio, porque detinham o conhecimento que se tornava essencial para administração pública, transformando-se em mais privilégios e poder para os escribas (CASTELO, 2007).

De acordo com Cavalcante e Oliveira (2010, p. 38-39) não existem “registros oficiais fundadores da atividade secretarial”, diferentes autores (GARCIA 1999, SABINO, 2004, NONATO JUNIOR 2009, CASTELO, 2007) fazem uma aproximação do profissional de secretariado à figura dos escribas na antiguidade. Os escribas eram “homens letrados da antiga sociedade egípcia” e tinham domínio total da leitura e da escrita dos difíceis “hieróglifos e desfrutavam de grande prestígio por assessorarem a principais autoridades da época, os reis e imperadores” (CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2010, p. 39). Assim sendo, podemos compará-los com os altos funcionários do governo da atualidade.

Bruno (2006, p. 3) expõe que a profissão de secretariado teve origem “no berço do conhecimento na época, pois poucos detinham o privilégio da escrita e da leitura que possibilitou a trilhar os caminhos da cultura e atuar próximo aos governantes”. A partir de 1860, na Segunda Fase da Revolução Industrial, com o surgimento da máquina de escrever, o Secretário mantém-se como profissão predominantemente masculina. Essa, desta forma, se mantém “até o início do século XX”. Somente no período da “Primeira Guerra Mundial quando os homens vão para os campos de batalha as mulheres ingressam no mercado de trabalho europeu e norte americano”, porque estava em falta mão de obra masculina para exercer a função.

No Brasil, são as mulheres, filhas de imigrantes “que irão assessorar os chefes das multinacionais” e isso acontece “durante a Segunda Guerra Mundial e mais fortemente com a vinda das primeiras indústrias multinacionais automobilísticas”. Estas mulheres, de acordo com Bruno (2006, p. 3), “são preparadas para administrar um lar, mas têm uma formação escolar, pois sabiam escrever e ler, conhecimento de um idioma ou mais, além de habilidades manuais, o que facilita o uso da máquina de escrever”, assessorando os primeiros executivos dessas organizações que eram imigrantes.

Esta demanda cresce de forma acelerada, em função da revolução na gestão empresarial, “gerando ameaças, recessões e cobrando um enorme esforço nas novas formas de gerir a administração das organizações provocada pelo uso das novas tecnologias de informação”. Por consequência, as mudanças significativas foram a profissionalização da cúpula administrativa, remodelando o modelo que monopolizava e geria, consolidando a

“formação de executivos, refletindo diretamente no exercício da atividade dos profissionais de secretariado atuando como assessor direto dos gestores” (BRUNO, 2006, p. 4).

Segundo Torquato (1991, p. 155) a secretária tem tendência a adquirir “maiores responsabilidades na administração dos seus respectivos departamentos passando a gerenciar as questões rotineiras e a assessorar os chefes, recebendo, para isso, maior soma de poderes decisórios”. Percebe-se assim, que o profissional de secretariado tem que estar cada vez mais preparado para assumir esta função.

Para Reich (1994, p. 168) algumas pessoas somente poderão ser identificadas como secretárias/os, como por exemplo, aquelas que realizam tarefas estritamente rotineiras, “como introduzir e recuperar dados em um computador. Outras secretárias executam serviços pessoais, como marcar compromissos e servir café”. Um outro grupo executa tarefas simbólicas e classificar “todas como secretárias encobre as diversas funções que têm dentro da economia [...]”. Com tais características o “profissional de secretariado acompanha as mudanças impostas pelo processo da globalização, bem como a horizontalização gerencial necessária para a continuidade das organizações numa economia competitiva” e adiciona competências novas ao seu perfil, autorizando-se a “participar, efetivamente, da equipe de trabalho e não somente como coadjuvante” (BRUNO, 2006, p. 4).

Em meados de 1970, irrompeu o treinamento para secretárias/os e a formação superior, assim como a disseminação de teorias da administração que as afirmem, permitindo que esses profissionais entendessem o seu verdadeiro papel. A partir da década seguinte é registrado o nascimento de associações de classe, que se fortaleceram na luta pela regulamentação da profissão (SÁLA, 2008).

A partir de 1980, o profissional de secretariado passou a ser considerado parte de uma equipe, trabalhando conjuntamente com seu gerente, abandonando a postura de simples servente. “Nos anos 80 a profissão passa por significativas mudanças. Temos a regulamentação da profissão, o fortalecimento do movimento de classe, com o surgimento dos sindicatos de secretárias” (NATALENSE, 1998, p. 10). Com as mudanças do mercado surge a necessidade de constante atualização, a busca por excelência, nos anos 90, acarretou em “um novo perfil para o profissional que se torna empreendedor, polivalente, gerador de lucros e resultados”. Os profissionais estão “conscientes de seu papel para a consolidação e reconhecimento da profissão e buscam aperfeiçoamento, cursos superiores e treinamentos para desempenhá-la eficientemente” (CASTELO, 2007, p. 23). Assim, a “secretária corta o cordão umbilical que a mantinha atrelada ao gerente”, adquirindo vida própria, empreendendo e criando “condições para a empresa produzir resultados e amplia a sua área de atuação” (NATALENSE, 1998, p. 10).

Para Castelo, a partir dos anos de 2000, a profissão secretarial principiou “o novo século com todos os requisitos necessários para atender às exigências do mercado de trabalho”. Consolidando o assessoramento “aos seus superiores através do conhecimento e colaboração nas áreas de administração, planejamento, liderança, negociação, recursos



humanos, finanças”. Finalmente, se efetivou “através a teoria e prática acadêmica e profissional, a empresa como um todo, com seus diversos campos interligados, participando dinamicamente dos resultados da empresa”; tornando-se “gestores e responsáveis pelo elo de ligação e comunicação entre os superiores e funcionários e entre empresa e clientes externos” (2007, p. 23).

### **Regulamentação da Profissão e Conquistas**

Conforme Nogueira e Oliveira (2014, p. 14), a primeira organização do Secretariado surge na década de 1960. “O Clube das Secretárias do Rio de Janeiro foi fundado em 16/12/1965 e reconhecido como utilidade pública em 3/12/1968 pela Lei 1.784 da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara”. Estimulava o aperfeiçoamento cultural das associadas, a interação de experiências, “a prática e a difusão de elevadas normas da ética profissional por meio das boas relações sociais, companheirismo e convivência entre suas sócias” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 14).

O Clube das Secretárias, em 15 de dezembro de 1970, transformou-se em “Associação das Secretárias Executivas do Rio de Janeiro – ASSERJ, representando o avanço dos movimentos isolados que se transformavam em associações civis”. Essa seria a primeira associação civil da classe, objetivando desenvolver e formular relações com “as secretárias que exerciam suas atividades no estado do Rio de Janeiro; zelar pela união, promovendo os meios necessários” para agregá-las em reuniões de trabalho, culturais e sociais, estabelecendo o intercâmbio com outras associações parecidas, ou que se dispunham “ao mesmo fim; e promover a valorização e defesa da profissão” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 14).

A ASSERJ, em nome desses objetivos, realizou dois eventos marcantes para a categoria. O I Encontro de Secretárias do Rio de Janeiro, em 1970 e, “em 1978, o I Congresso Nacional de Secretárias Executivas” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 14). Na continuidade desse movimento, “para representar e coordenar as associações dos diversos estados brasileiros em nível nacional, foi criada a Associação Brasileira de Entidades de Secretárias – Abes, em 7/9/1976”. Esta Associação proporciona todos os anos vários “encontros nacionais e a apoiar as entidades regionais na realização de eventos regionalizados”. Sendo os Congressos Nacionais de Secretariado – CONSECs sua principal realização de dois em dois anos. Constituíam-se em ambientes “para discussão da situação, dos objetivos e das reivindicações da classe. A Lei 6.556/78, de 5/9/1978 originou-se das discussões realizadas nesses Congressos”.

A Lei 6.556/78<sup>1</sup>, de 5/9/1978 recomendava as atividades de Secretário e que veio “a ser o reconhecimento formal da profissão. Para exercício da profissão, a lei exigia formação em curso de Secretariado em nível de segundo grau e registro na Delegacia Regional do

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6556.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6556.htm)

Trabalho”. A referida lei não atendia completamente aos interesses da categoria, por não oferecer regulamentação da profissão que indicasse mecanismos de obrigatoriedade em seu cumprimento (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 14-15). Ainda, de acordo com os autores a “Lei n. 7.377<sup>2</sup>, de 30/9/1985 que estabeleceu as diferenciações de formação e atribuições entre Secretário Executivo e Técnico em Secretariado se configurou como expressiva vitória da categoria por meio de sua Associação de representatividade nacional – a Abes”.

É muito significativo deixar claro que foi organizado pela ABES um Código de Ética da Secretária Brasileira, discutido e aprovado em Assembleia Geral no dia 30 de setembro de 1983, que passou a ser utilizado pela classe secretarial (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013). Aprovada em de 29/4/1987, a portaria n. 3.103, atribuiu ao “secretariado enquadramento sindical em categoria profissional diferenciada dentro do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC – que passou a ser possível à categoria se organizar em sindicatos”, da qual a atuação era mais “abrangente do que a das associações por possuírem amparo legal para representatividade dos profissionais, como conjunto, em questões jurídicas e administrativas” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 15), para quem a citada Portaria foi confiada às “Presidentes de Associações reunidas em Brasília por ocasião do XI Encontro de Dirigentes de Entidades de Secretárias, promovido pela Abes” Na mesma data foi também entregue a Carta Sindical ao SISERGS – Sindicato das Secretárias e Secretários no Rio Grande do Sul – em 30/4/1987.

Nessa mesma época, a Associação do Distrito Federal, conseguiu uma “audiência com o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para tratar da criação de seu sindicato e tomou a iniciativa de convidar representantes de entidades pares de outros estados para participarem da oportunidade”. Com o imediato retorno de catorze associações estaduais e mais o apoio do Sindicato de Secretárias do Rio Grande do Sul, este grupo denominou-se Grupo Sindicalista Força 16. “O Grupo, representado por oito de suas componentes, recebeu em 12 de novembro de 1987 a promessa formal de dar resposta favorável às solicitações do grupo para criação de seus sindicatos” (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 15).

## Metodologia de Pesquisa

### Aspectos Teóricos

Para atingir o objetivo desta pesquisa utilizamos a metodologia de cunho bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2002, p. 17), “a pesquisa é um projeto racional e sistemático com objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos, através da utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. Para o autor a pesquisa tem origem, normalmente, a partir de uma incerteza, ou de uma dificuldade para

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7377.htm)

resolver um problema. Sendo assim, para resolver este problema, busca-se soluções utilizando-se de método científico.

Para Marconi e Lakatos (2008, p. 57) a pesquisa bibliográfica abrange “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. até meios de comunicação orais”. Tendo como desígnio colocar o pesquisador em contato com todo o material produzido sobre o assunto pesquisado, “inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 66).

Também foram analisados documentos referentes à profissão secretarial, o documento de área educação (Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional) e por fim os regulamentos dos 3 Programas de Pós-graduação Stricto Sensu na área da Educação que possuem nota máxima (7) perante a CAPES. Conforme Gil (2002, p. 62), a pesquisa documental oferece determinadas vantagens por ser uma “fonte rica e estável de dados”, e ainda, não implica altos custos, não necessitando o envolvimento do pesquisador com as pessoas envolvidas na pesquisa consentindo um maior aprofundamento das fontes consultadas.

### **Aspectos históricos: a origem e evolução do FORSEC**

Para compreender a metodologia a ser desenvolvida, parece necessário apresentar o histórico de inserção e atuação da pesquisadora no campo da pesquisa. Para tanto, a metodologia requer a apresentação de uma memória pessoal, documentada na medida do possível, sobre o Fórum de Secretárias/os dos Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul (SC, PR e RS) que teve início no ano de 2002, entre os dias 27 e 29 de novembro, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, idealizado pelos Professores Doutores Lucídio Bianchetti e Maria Célia Marcondes de Moraes (*in memoriam*), ambos do PPGE – UFSC. Após este primeiro encontro foi elaborada uma carta, solicitando apoio das Coordenações de Programas de Pós-Graduação em Educação para que o Fórum continuasse acontecendo e também:

Diante disso, foram destacados os seguintes pontos: a continuidade da realização do evento, paralelamente à ANPEd-Sul, visando a socialização de experiência entre docentes, discentes e secretários/as; a constituição da rede de discussão, compartilhando experiências, dúvidas e trocando informações; a participação de um técnico da CAPES para esclarecer dúvidas sobre a plataforma COLETA CAPES e; o apoio dos coordenadores e das instituições para a participação dos/as secretários/as neste evento, assim como a presença do/a representante de área.

A partir dos pontos discutidos, foram apresentadas as seguintes sugestões: a apresentação desta carta no Fórum Sul de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação; previsão orçamentária das Agências de Fomento para a participação e realização de eventos e/ou treinamentos; qualificação continuada dos técnicos-administrativos através de cursos, palestras e eventos; disponibilização do COLETA CAPES e PRÓ-COLETA até novembro de cada ano; o treinamento

regional ou estadual, oferecido por um técnico da CAPES, para a elaboração do relatório anual (COLETA CAPES) com a participação dos secretários e coordenadores de cada programa e; a mobilização institucional do correto preenchimento do Currículo Lattes, para facilitar a coleta de dados.

Cabe destacar o incentivo dos coordenadores e das instituições envolvidas para a participação dos/as secretários/as, parabenizando assim a comissão organizadora do evento pela iniciativa, lembrando as palavras do Prof. Lucídio Bianchetti na abertura deste seminário “o que é dado deve ser proporcional ao que é exigido” (Arquivo pessoal).

Desde então, o Fórum, denominado FORSEC, é realizado paralelamente às reuniões da Anped Sul, tendo como “objetivo discutir questões relativas ao trabalho nas secretarias dos PPGes, bem como instrumentalizá-los para o contínuo aperfeiçoamento da sua ação nos Programas” (PORTAL ANPEDSUL, 2012, s/p). E todos os treinamentos que eram realizados pela Capes contavam com a participação das/os secretárias/os.

Em 28 de outubro de 2014, durante o VII Fórum de Secretários/as de Programa de Pós-graduação em Educação da Região Sul foi elaborada uma carta que foi enviada a presidenta da ANPED. Nesta carta solicitava-se apoio para realização do I Encontro Nacional de Secretárias/os de PPGs em Educação, pois este era um tema que vinha sendo discutido em todos os encontros do FORSEC. Segue trecho da carta escrita pelas/os secretárias/os:

Levando em conta os aspectos relevantes acima relacionados, pleiteamos junto a este órgão um espaço na Anped Nacional para criação do Fórum Nacional das(os) Secretárias(os) de Pós Graduação em Educação, com o objetivo de:

1º Ampliar a troca de experiências entre os Programas a nível Nacional, proporcionando com isso a disseminação de conhecimento entre as mais variadas regiões;

2º Proporcionar através deste Fórum produções (resumos, resultados de pesquisa, entre outros) com temáticas relacionadas à função da(o) Secretária(o) de PPGE. Reiteramos que há pesquisas sendo realizadas neste âmbito, por exemplo, a monografia de curso de Pós-Graduação Lato Sensu desenvolvida pela Secretária Sílvia Adriana da Silva Soares (UNILASALLE), intitulada “A gestão da pós-graduação Stricto Sensu: perfil dos Secretários dos programas de pós-graduação, na área da Educação, na região Sul do Brasil” sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly, em que os sujeitos e objeto da pesquisa serão as(os) próprias(os) Secretárias(os) dos PPGes;i

3º Disponibilizar uma comissão (sob supervisão da Anped) para o planejamento/programação do Fórum Nacional de Secretárias(os). (Arquivo pessoal de e-mails).

No início a presidenta da ANPED não compreendeu muito bem o que nós estávamos propondo, depois de alguns e-mails trocados, conseguimos uma sala para realizar I Encontro Nacional de Secretárias/os de Programa de Pós-graduação em Educação, durante a realização da 37ª Reunião Nacional da ANPED. O encontro aconteceu de 04 a 07 de outubro de 2015, na sala 109, bloco D, do Centro de Educação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Campus Florianópolis, SC. Este encontro foi organizado pelas secretárias dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle e Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Onde foram tratados os seguintes temas: A importância do trabalho em conjunto da Secretária com a Coordenação; Histórico do Fórum de Secretários de Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Sul; Avaliação Capes: Plataforma Sucupira uma

nova cultura avaliativa; Profissionais em Gestão da Pós-Graduação: perfil, competências e atividades na percepção dos secretários dos programas de pós-graduação em Educação; “Histórico e afirmação do Fórum de Secretárias/os de PPGE: Conquistas e perspectivas”; Currículo Lattes versus Plataforma Sucupira.

A dedicação das organizadoras para a realização deste Fórum é espontânea e gratuita e nenhum dos palestrantes é remunerado ou mesmo apoiado para apresentar seu trabalho sobre os temas que as secretárias ou as organizadoras elegem como relevantes para o desenvolvimento das atividades laborais. No último dia do evento elaboramos um documento, que foi enviado a diretoria da ANPED, solicitando que o FORSEC fosse reconhecido e legitimado:

Os participantes do I Encontro Nacional de Secretári@s de Programas de Pós-Graduação em Educação - I ENSEC, provenientes das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte, tornam pública nesta Assembleia, a articulação e realização deste evento que reuniu profissionais que atuam nas Secretarias dos Programas de Pós-Graduação em Educação - PPGEs, paralelamente às demais atividades da 37ª Anped.

Salientamos que o I ENSEC originou-se a partir das discussões realizadas nas oito Edições do Fórum de Secretários de Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Sul, realizados concomitantes as reuniões da Anped Sul e contou com o apoio, dentre outros, dos Professores Maria Célia Marcondes de Moraes (UFSC), Jefferson Mainardes (UEPG), Lucídio Bianchetti (UFSC) e Evaldo Luis Pauly (UNILASALLE).

Nesta direção, este grupo reivindica que o coletivo da ANPED legitime o FORSEC como parte integrante da estrutura da Anped, devido a sua importância na articulação dos Secretários dos PPGEs, que exercem papel fundamental para o desenvolvimento e consolidação da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no país (Arquivo pessoal).

Em 23 março de 2016 recebemos um ofício em resposta a nossa solicitação, enviado por e-mail, com o seguinte teor:

[...] A estrutura e caracterização apresentadas evidenciam que enquanto associação a ANPED representa os seus associados, não sendo possível nenhuma vinculação que não cumpra, primeiramente, essa condição.

A Diretoria da ANPED entende que a progressiva organização dos secretários da pós-graduação qualifica e fortalece seus profissionais, manifesta sua disponibilidade para o diálogo e reafirma seu compromisso histórico com o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social, porém não é possível que este Fórum seja criado dentro do corpo estatutário da Associação (Arquivo pessoal de e-mails).

Ainda no mesmo ano, em julho de 2016, durante a realização do VIII Fórum de Secretários/as de Programa de Pós-graduação em Educação da Região Sul, foi colocado em votação se iríamos tentar novamente autorização perante a ANPED para que realizássemos o II Encontro Nacional de Secretárias/os de Programa de Pós-graduação em Educação. Diante da afirmativa, foi designada uma Coordenação para tomar a frente das negociações junto à ANPED e uma Comissão para organizar o II ENSEC. Segue o texto da carta que foi enviada:

O grupo de secretários(as) de PPG's reunido no VIII Fórum de Secretários(as) de Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul – FORSEC/Sul - realizado como evento paralelo à XI Reunião Científica da Região Sul – ANPED Sul, deseja agradecer por sua presença e pelo diálogo fraterno que mantivemos durante o VIII Fórum.

Reiteramos que o Fórum de Secretários não pleiteia fazer parte ou associar-se à ANPED, no entanto, necessita do apoio desta Associação para a realização do II Fórum Nacional de Secretários(as) de Programas de Pós-graduação em Educação, que almejamos realizar em 2017 como evento paralelo à 38ª Reunião Nacional da ANPED. O objetivo do FORSEC é promover nacionalmente a formação permanente de Secretários(as) de PPG's. A experiência de oito encontros já realizados na Região Sul do país, permite afirmar que este processo de formação através da troca de experiências entre os profissionais das Secretarias de PPG's em Educação, qualifica a gestão dos programas.

Desse modo, agradecemos sua oferta de parceria de trabalho entre a ANPED e o Fórum de Secretários de PPG's em Educação. Para viabilizar a realização do II Fórum Nacional de Secretários de PPG's em educação, solicitamos que a ANPED e a Comissão Local da UFMA que organizarão 38ª Reunião Nacional da ANPED, viabilizem:

- espaço físico com equipamentos para projeção;
  - certificado de participação no evento assinado pela presidência da ANPED e FORSEC;
  - disponibilização da lista dos palestrantes financiados pela ANPED para a composição da programação do II Fórum Nacional de Secretários;
  - possível apoio financeiro caso a temática não esteja contemplada na referida lista para atender às necessidades técnicas da formação dos secretários;
  - apoio ou endosso da Diretoria da ANPED para eventuais encaminhamentos de solicitação do FORSEC para a participação de técnicos da CAPES/CNPQ;
  - inclusão do Fórum na agenda de eventos paralelos da 38ª Reunião Nacional da ANPED;
  - divulgação pela Diretoria da ANPED junto às comissões locais das próximas reuniões regionais (23ª Reunião Regional da Anped Nordeste, da 1ª Reunião Regional da Anped Norte e da 13ª Reunião Regional da Anped Centro-Oeste) acerca da realização do VIII Fórum de Secretários(as) de Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul, bem como da possível realização do II Fórum Nacional de Secretários de Programas de Pós-graduação em Educação.
- [...] (Arquivo pessoal).

Em março de 2017 recebemos resposta de nossa solicitação por e-mail:

[...] Vou respondendo cada demanda para irmos dialogando.

1) espaço físico com equipamentos para projeção - Podemos reservar uma sala para que o Fórum de Secretarias trabalhem, penso que isto já estava nos nossos estudos prévios. Rose pode nos ajudar com isto. Precisamos saber para quantas pessoas, penso que não teremos auditório disponível.

2) certificado de participação no evento assinado pela presidência da ANPED e FORSEC - ok, como os Secretários(as) de programas não estarão inscritos no evento. Proponho que o Fórum mesmo produza o certificado e eu assino junto. Pode ser?

3) disponibilização da lista dos palestrantes financiados pela ANPED para a composição da programação do II Fórum Nacional de Secretários - peço que a Rose compartilhe esta informação com vocês para que vocês possam fazer os convites que julgarem adequados.

4) possível apoio financeiro caso a temática não esteja contemplada na referida lista para atender às necessidades técnicas da formação dos secretários. Este é o mais difícil. Como vocês sabem as fontes de financiamento estão muito restritas e estamos com muito cuidado com os

custos da 38ª RN. Então peço que considerem as condições de convidar alguém da lista dos que já estaremos financiando.

5) apoio ou endosso da Diretoria da ANPED para eventuais encaminhamentos de solicitação do FORSEC para a participação de técnicos da CAPES/CNPQ - podemos fazer o convite juntos, neste caso pedimos que a CAPES ou o CNPQ enviem o técnico e assumam os custos do envio,

6) inclusão do Fórum na agenda de eventos paralelos da 38ª Reunião Nacional da ANPED - ok, penso que isto é tranquilo

7) divulgação pela Diretoria da ANPED junto às comissões locais das próximas reuniões regionais (23ª Reunião Regional da Anped Nordeste, da 1ª Reunião Regional da Anped Norte e da 13ª Reunião Regional da Anped Centro-Oeste) acerca da realização do VIII Fórum de Secretários(as) de Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul, bem como da possível realização do II Fórum Nacional de Secretários de Programas de Pós-graduação em Educação. - acho que seria legal vocês enviarem uma correspondência que pudéssemos reencaminhar para as regionais (Arquivo pessoal de e-mails).

De posse da lista dos palestrantes financiados pela ANPED, organizamos o II ENSEC, paralelo a 38ª reunião da ANPED, que ocorreu de 01 a 04/10/2017, no Centro Paulo Freire - Sala 103 - 1º Andar Norte, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em São Luís, Maranhão, com o seguinte cronograma: Histórico do FORSEC - Fórum Sul de Secretários/as de PPGE; Experiências de Gestão da Pós-graduação *stricto sensu* e o papel dos secretários no contexto da avaliação dos cursos; Internacionalização e a Pós-graduação; Desmistificando a Plataforma do CNPq; Desmistificando a Plataforma Sucupira: como utilizar a Plataforma como facilitador das atividades de um PPGE; A importância da ANPED na organização independente e autônoma da pesquisa em educação no Brasil; O papel dos/das secretários/as na gestão dos Programas de Pós-Graduação em Educação; A importância das revistas para os PPGEs e a contribuição das/dos Secretarias/os”; Oficina sobre Currículo Lattes – Ms. Kelen Lima (UNEB). 14h – Palestra: “Invisibilidade do ofício dos/das secretários/as no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação”; O papel das secretarias na administração técnica das Coordenações dos PPGs conforme os critérios (quesitos) da Ficha de Avaliação da CAPES.

Ao observarmos o cronograma podemos verificar que todas as palestras foram estrategicamente pensadas para dar suporte ao trabalho das/os secretárias/os, todas são de extrema importância para nossas atividades laborais e dentre elas tivemos a palestra ministrada pelo Prof. Dr. Danilo Romeu Streck, da Unisinos/RS, sobre Internacionalização e a Pós-graduação, onde ele expôs como é feita a internacionalização em sua Instituição. Apesar de termos aprendido muito sobre Internacionalização nesta palestra, nada foi tratado sobre a necessidade das/os secretárias/os dominarem um idioma em língua estrangeira.

Durante a realização do II ENSEC, em conversa com a diretora da ANPED, foi nos reiterado afirmativamente a parceria para que possamos continuar organizando o nosso encontro paralelamente às reuniões da ANPED. O III ENSEC acontecerá em outubro de 2019, na Universidade Federal Fluminense, onde pretendo apresentar os resultados da minha pesquisa de mestrado.

## *A necessidade de o FORSEC contribuir para qualificação de secretárias(os) no contexto da internacionalização dos PPGs em Educação*

A internacionalização “[...] constitui, hoje, uma das forças que mais impacta e define a Educação Superior, pois é um dos mais importantes desafios frente ao novo século” (FOSSATTI; MIRANDA 2018, p. 275). De acordo com os autores

As questões cruciais que essas instituições precisam atentar, de forma mais propositiva por meio da gestão da internacionalização da Educação Superior, são as seguintes: as decisões sobre formação de talentos para o futuro do país; uma agenda de cooperação internacional em matéria de transferência de conhecimento; a contribuição nacional aos desafios mundiais; e a vinculação das atividades de internacionalização das agendas regionais. (FOSSATTI; MIRANDA 2018, p. 275).

“A internacionalização de uma universidade precisa ser entendida como abrangente e coesa ante todo o processo de desenvolvimento institucional”. Porém, a gestão da internacionalização no Brasil parece ser vista por muitas Instituições de Ensino Superior como uma ação não prioritária, sem importância no planejamento estratégico institucional (FOSSATTI, MIRANDA, MOCHLECKE, 2015, p. 10).

Contudo, a internacionalização pode ser vista na perspectiva de auxiliar os estudantes, os docentes e corpo técnico administrativo “para o mercado de trabalho por meio do aumento da consciência internacional e pode encorajar a universidade a atingir altos padrões internacionais” (FOSSATTI; MIRANDA; MOEHLECKE, 2015, p. 2). Um conceito teórico sintetiza essa noção de internacionalização e parece suficiente para a delimitação proposta para este artigo:

Um processo composto pelas medidas de cooperação internacional, necessárias para que um determinado programa de pós-graduação complemente a capacitação de seus discentes e docentes, objetivando estimular o progresso da ciência e a solução de problemas brasileiros e comuns da humanidade, sem prejuízo da persecução secundária de interesses meramente institucionais. (MARRARA, 2007, p. 252).

A competência relacionada ao domínio de língua estrangeira para que as secretárias atendam de forma mais eficaz à demanda específica da internacionalização decorre da previsão estabelecida pelo ponto 4 do Documento da Área de Educação vigente em 2016: “Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional” (CAPES, 2017). Atualmente, a internacionalização, na área de educação, compreende quatro “eixos”:

- a) O primeiro diz respeito à internacionalização realizada, principalmente, por meio de publicações em livros e periódicos internacionais. Trata-se de resultados de pesquisas individuais ou de grupos de professores e pesquisadores publicados em periódicos internacionais de qualidade;
- b) O segundo caracteriza a internacionalização como o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades em rede que exigem maior envolvimento institucional do Programa e das IES. Dentre os produtos desse eixo estão também livros conjuntos e artigos em periódicos;



c) O terceiro diz respeito à atuação de pesquisadores e professores brasileiros em programas estrangeiros, na qualidade de professores visitantes, assim como de pesquisadores estrangeiros nos programas no Brasil. Nesta última modalidade, ganham destaque os cursos oferecidos nos programas de pós-graduação; e

d) O quarto eixo vem sendo desenvolvido por meio da cooperação internacional, envolvendo trânsito de alunos. Nessa linha, há cooperações com programas mais consolidados tanto nacionais quanto internacionais e recepção de alunos em programas do tipo sanduíche. Paralelamente, é ainda valorizada a relação com países menos desenvolvidos, na forma de programas de cooperação para formação em atividades desenvolvidas com a África e alguns países da América Latina (CAPES, 2017, p. 21-22).

O Relatório da Educação sobre a Avaliação 2013-2016, descreve como essas definições foram aplicadas no processo concreto da avaliação. Um destaque na Ficha de Avaliação é se há no PPG “a existência de iniciativas de convênios com instituições nacionais e internacionais para a realização de pesquisas e intercâmbio de docentes e pesquisadores” (OLIVEIRA; AMARAL; BUEN, 2017, p. 20). A internacionalização, no entanto, tornou-se muito mais relevante e decisiva na distinção e classificação dos cursos que receberam notas 6 e 7, ou seja, o critério da internacionalização definiu os cursos que na área da Educação serão privilegiados pelas verbas públicas destinadas à produção do conhecimento nesta área, considerando que os cursos 6 e 7 concentram as bolsas para mestrados e doutorandos, bem como as bolsas de produtividades para os docentes. Os cursos 6 e 7 se caracterizaram como fortemente internacionalizados mediante as seguintes evidências:

1. Eventos e cursos internacionais
  - 1.1 Realização de eventos com professores estrangeiros
  - 1.2 Recebimento de eventos internacionais
  - 1.3 Recebimento de cursos de professores estrangeiros
2. Intercâmbios
  - 2.1 Participação com financiamento de professor estrangeiro visitante no Programa
  - 2.2 Participação sem financiamento de professor estrangeiro visitante no Programa
  - 2.3 Participação de professor do Programa como visitantes em universidade estrangeira
  - 2.4 Realização de Mestrado e Doutorado Sandwich
  - 2.5 Coorientação internacional
  - 2.6 Professores do Programa em pós-doutorado internacional
  - 2.7 Oferecimento de cursos ou vagas no Programa a estrangeiros
  - 2.8 Participação de alunos do programa em cursos estrangeiros
3. Editoração
  - 3.1 Publicação com parceiros internacionais
  - 3.2 Publicação em periódicos internacionais
  - 3.3 Atuação como editor de periódico internacional
  - 3.4 Atuação como avaliador de periódico internacional
4. Redes internacionais
  - 4.1 Composição de redes internacionais de pesquisa
  - 4.2 Composição de projetos internacionais de pesquisa
5. Financiamento e premiações
  - 5.1 Obtenção de financiamento de agência internacional

## 5.2 Premiações internacionais

### 6. Inserção acadêmica e impacto local da internacionalização

#### 6.1 Gestão científica de órgão internacional

#### 6.2 Benefício da internacionalização para a graduação (OLIVEIRA; AMARAL; BUEN, 2017, p. 54-55)

Parece óbvio que os programas com notas entre 3 e 5 buscarão desenvolver estas atividades, pois elas caracterizam os critérios que estabelecem as distinções mais relevantes para a atribuição das notas e, conseqüentemente, determinarão os critérios acadêmicos para a distribuição das verbas de fomento estatal à pesquisa. Da mesma forma, parece óbvio que a Secretaria fará diretamente o registro e o controle administrativos das atividades 1.1, 2.4, 2.7, 2.8 e 6.2 que requerem o domínio de língua estrangeira para um melhor desempenho. Quase todas as demais atividades são registradas pelos docentes em seus respectivos currículos Lattes.

Mais recentemente, em dezembro de 2018, o Grupo de Trabalho designado pela CAPES para rever a Ficha de Avaliação dos PPGs, concentrou os cinco quesitos da Ficha vigente para três quesitos avaliativos, destacando a “internacionalização” como um item específico do terceiro quesito: “Impacto na Sociedade”. Assim, os programas que serão avaliados no quadriênio 2017-2020, provavelmente, relatarão com maior detalhamento os seus processos de internacionalização (CAPES, 2018). Por outro lado, desde 2017, através do Edital N° 41/2017, a CAPES implantou o Programa Institucional de Internacionalização – CAPES – PrInt, a agência passou a induzir os PPGs a se articularem de forma mais orgânica com a política institucional da IES que o mantém, posto que um dos requisitos para a internacionalização financiada pela CAPES é a exigência de que a universidade ou instituto de pesquisa elabore um “Plano Institucional de Internacionalização ou documento congênere” (CAPES, 2017, p. 2) que define a política de internacionalização da pesquisa. Dialeticamente, a internacionalização prevista pela CAPES exige dos PPGs uma maior articulação com a própria IES na qual se insere, portanto, a internacionalização implica um processo de internacionalização ou institucionalização da pesquisa. É plausível supor que as secretarias dos PPGs terão um papel estratégico nos processos internos de articulação do PPG com a IES, que a abriga a atender à política de internacionalização da pesquisa no Brasil induzida pela CAPES.

## Considerações Finais

Como já foi dito anteriormente a Atuação das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação é um tema que precisa ser mais pesquisado pela própria área da Educação. O que, realmente, uma/um secretária/o de PPG em Educação faz? Quais suas verdadeiras tarefas?

A análise dos documentos analisados dos 3 PPGs nota 7 na avaliação da Capes, não deixou claro quais seriam as tarefas de uma secretaria. Já no regulamento do PPG onde a primeira autora deste artigo atua, as tarefas listadas que seriam de competência das

secretárias, não abarcam todas as atividades realizadas por elas. O documento de área da educação também não específica, quais seriam as tarefas de competências das secretárias, somente que deve existir uma secretaria própria para cada PPG.

Agora foquemos no objetivo desta investigação que é analisar a importância do desenvolvimento de competências das/os secretárias/os de Programa de Pós-graduação *stricto sensu* voltadas para internacionalização, em específico ao domínio da língua estrangeira.

O movimento realizado e organizado pelas/os secretárias/os, através do Fórum de Secretárias/os de PPGE, tanto regional como nacional demonstra a preocupação com a realização de atividades laborais com excelência. Através dos cronogramas de atividades pensadas pelo Fórum para a formação profissional, também podemos verificar a preocupação com a internacionalização, apesar de que não é a/o secretária/o que trata dos convênios e que preenche a parte do Coleta sobre a internacionalização, pois esta é parte descritiva do relatório e deve ficar sob responsabilidade exclusiva da coordenação e dos docentes. Mesmo assim, a secretaria precisa estar preparada para acompanhar e atender estes professores e discentes estrangeiros.

Através da pesquisa realizada em 2015, onde as/os secretárias/os foram objeto direto de estudo, observou-se, que a formação na graduação também não significa, que estará preparada para atender a demanda da internacionalização e conseqüente domínio da língua estrangeira. Mediante experiências vivenciadas na secretaria que atuo, já passaram por este setor três secretárias executivas, com domínio da língua estrangeira, que não tinham o perfil para atuar em uma secretaria acadêmica de PPG. Ser graduada em secretariado executivo, não garante que estará preparada para ser uma secretária de Programa de Pós-graduação *stricto sensu*. O que precisamos sim, é que as Instituições onde trabalhamos, voltem seus olhares para dentro das secretarias e invistam em formação, para estes que já fazem parte de seus quadros funcionais, preparando-os adequadamente para atender a estes visitantes estrangeiros, através de cursos que possam suprir o que é necessário para esta demanda.

## Referências

BRUNO, Ivone Maria. **O poder de influência do profissional de secretariado no processo decisório das organizações**. 2006. 151f. Dissertação de Mestrado em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Internacionalização** – Capes-PrInt EDITAL n°. 41/2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/10112017-Edital-41-2017-Internacionalizacao-PrInt-2.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ficha de Avaliação**. Grupo de Trabalho. CAPES: Brasília, dezembro de 2018. Disponível em:

[https://www.capes.gov.br/images/novo\\_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019\\_Relatorio\\_Final\\_Ficha\\_Avaliacao.pdf](https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/06032019_Relatorio_Final_Ficha_Avaliacao.pdf). Acesso em: 24 abr. 2019.

CAMARGO, Mabilia; NASCIMENTO, Lucimeri; BÜHRER, Viviane; MARTINELLI, Giuliana; BAHL, Taciana. A Evolução da Área Secretarial às Ciências da Assessoria. **Revista Expectativa** – Secretariado Executivo, Toledo/PR, v. 14, n. 14, 2015. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/download/9355/8153>. Acesso em: 24 abr. 2019

CASTELO, Marcia Janaina. **A Formação acadêmica e a atuação profissional do Secretário Executivo**. Monografia de Bacharelado em Secretariado Executivo, Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil. 2007. Disponível em: [http://www.fenassec.com.br/site/pdf/artigos\\_trab\\_cientificos\\_a\\_formacao\\_academica\\_e\\_a\\_atuacao\\_profissional\\_do\\_secretario\\_executivo\\_completa.pdf](http://www.fenassec.com.br/site/pdf/artigos_trab_cientificos_a_formacao_academica_e_a_atuacao_profissional_do_secretario_executivo_completa.pdf). Acesso em: 20 abr. 2018.

FOSSATTI, Paulo; MIRANDA, José Alberto. Gestão da Internacionalização da Educação Superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global. **Revista de Educação da PUC Campinas**, n. 23, v. 2, p. 273-289, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://goo.gl/XsE1FH>. Acessado em: 25 abr. 2019.

FOSSATTI, das IES brasileiras: uma análise crítica ante as dificuldades na Gestão. In: Paulo; MIRANDA, José Alberto Antunes De; MOCHLECKE, Carolina. Internacionalização **Anais do XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - GIGU**, Mar del Plata, Argentina, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/DSYGqH>. Acessado em: 25 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; NUNES, João Batista Carvalho; MARTINS, Marcos Francisco. Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED/ANPEd): história, configurações, desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-28, 2018.

LOMBAS, Maria Luiza de Santana. Editorial. **RBPG**, Brasília, v. 12, n. 28, p. 299 - 303, ago. 2015.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARRARA, Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. **RBPG**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 245-262, dez. 2007.

NATALENSE, Liana. **A secretária do futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

NOGUEIRA, Rosana Maria Cesar Del Picchia de Araújo; OLIVEIRA, Joyce de Souza Ferreira. Profissionalismo e Secretariado: História da Consolidação da Profissão. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2013.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das Ciências da Assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; AMARAL, Nelson Cardoso; BUEN, José Lucas Pedreira. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017** – Educação. CAPES: Brasília, 2017. Disponível em: [http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017-Educacao\\_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017\\_final.pdf](http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Educacao_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017_final.pdf). Acesso em: 24 abr. 2019.

REICH, Robert. **O trabalho das nações**: preparando-nos para o capitalismo do Século 21. 2. ed. São Paulo: Educator, 1994.

SABINO, Rosemeri Ferraz; ROCHA, Fabio Gomes. **Secretariado**: do escriba ao web writer. Rio de Janeiro. Brasport. 2004.

SÁLA, Janeide Souza. **Guia de fontes de informação para secretários executivos**. Brasília, DF, Brasil, 2008.

SOARES, Silvia Adriana da Silva; PAULY, Evaldo Luis. Profissionais em Gestão da Pós-Graduação: perfil, competências e atividades na percepção dos secretários dos programas de pós-graduação em Educação. **RBPG**. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 12, p. 387-410, 2015. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/768/pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG. **Regulamento do Programa de Pós-graduação**. 2018. Disponível em: <http://www.posgrad.fae.ufmg.br/site/wp-content/uploads/2016/12/2-Regulamento-do-Programa-de-P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS - UNISINOS. **Regimento Interno**. 2016. Disponível em: <http://www.unisinos.br/images/modulos/estrito/regimento-interno/regimento-ppg-educacao-consun-2016.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS - UNISINOS. **Projeto de Reorganização Curricular do Programa de Pós-graduação em educação da Unisinos**. 2016. Disponível em: <http://www.unisinos.br/images/modulos/estrito/saiba-mais/educacao/projeto-politico-pedagogico-educacao.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ. **Deliberação N° 29/2017**. Aprova a reformulação do Programa de Pós-graduação em Educação, cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado. Disponível em: [http://www.proped.pro.br/secretaria/balcao/documentos/diversos/delib\\_029.pdf](http://www.proped.pro.br/secretaria/balcao/documentos/diversos/delib_029.pdf). Acesso em: 16 dez. 2018.